PARA ALÉM DO ACESSO À ESCOLA: RECONHECIMENTO, PERTENCIMENTO E DIREITO À EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES MIGRANTES VENEZUELANOS NO ENSINO MÉDIO DE DOURADOS-MS

BEYOND ACCESS TO SCHOOL: RECOGNITION, BELONGING, AND THE RIGHT TO EDUCATION OF VENEZUELAN MIGRANT STUDENTS IN SECONDARY EDUCATION IN DOURADOS, MATO GROSSO DO SUL, BRAZIL

DOI 10.55028/geop.v21i40

Vanessa Priscila Moya[*]
Arthur Ramos do Nascimento[**]

Resumo: A ampliação da presença de estudantes migrantes nas escolas brasileiras impõe novos desafios à efetivação do direito à educação. Este artigo analisa os processos de integração escolar de estudantes venezuelanos matriculados no Ensino Médio de uma escola pública de Dourados-MS, à luz da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2009). Por meio de pesquisa empírica qualitativa, identificou-se que o pertencimento, a aprendizagem e a participação escolar dependem das experiências de reconhecimento vivenciadas no ambiente educativo. Conclui-se que a efetivação do direito à educação exige práticas interculturais capazes de promover reconhecimento recíproco, valorizar a diversidade cultural e fortalecer a integração escolar.

Palavras-chave: Reconhecimento, Pertencimento, Migração Venezuelana, Educação Intercultural, Ensino Médio.

Abstract: The increasing presence of migrant students in Brazilian schools poses new

Introdução

O século XXI tem sido marcado pela intensificação dos fluxos migratórios internacionais, impulsionados por crises econômicas, políticas, sociais e humanitárias. Na América Latina, a migração venezuelana constitui um dos mais expressivos movimentos populacionais contemporâneos, produzindo impactos significativos nos países de acolhimento e impondo novos desafios à efetivação dos direitos humano-fundamentais (OIM, 2024; ACNUR, 2024).

Nesse cenário, o Brasil passou a receber um contingente crescente de migrantes venezuelanos, especialmente

[*] Mestranda em Fronteiras e Direitos Humanos, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: vanessamoya.adm@gmail.com.br Orcid: https://orcid.org/0009-0001-9358-4062.

[**] Doutor em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: arthurnascimento@ufgd.edu.br Orcid: https://orcid.org/0000-0001-6690-0667.

challenges to the effective realization of the right to education. This article analyzes the processes of school integration experienced by Venezuelan students enrolled in high school at a public school in Dourados, Mato Grosso do Sul, through the lens of Axel Honneth's Theory of Recognition (2009). Based on qualitative empirical research, the study found that students' sense of belonging, learning, and school participation depend on experiences of recognition within the educational environment. It concludes that the effective realization of the right to education requires intercultural practices capable of promoting mutual recognition, valuing cultural diversity, and strengthening school integration.

Keywords: Recognition, Belonging, Venezuelan Migration, Intercultural Education, Secondary Education.

por meio da Operação Acolhida, política pública voltada à recepção, proteção e interiorização dessa população (Silva, 2023).

Dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) indicam que Mato Grosso do Sul ocupa posição de destaque entre as unidades federativas que mais receberam migrantes venezuelanos por meio do processo de interiorização promovido pela Operação Acolhida. Dallacort, Luz e Noschang (2022) destacam a relevância do município de Dourados como território estratégico para a integração de migrantes, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à inclusão social. Caracterizada por sua diversidade étnica, cultural e fronteiriça, a cidade consolidou-se como importante espaço de acolhida de famílias venezuelanas, tornando-se um campo privilegiado para a análise dos desafios relacionados à inclusão social e educacional dessa população.

Nesse contexto, os serviços públicos assumem papel fundamental na concretização dos direitos fundamentais, especialmente no que se refere ao direito à educação. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a educação como direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988), a efetivação desse direito não se limita à garantia formal de matrícula e frequência escolar, a permanência, a aprendizagem, o pertencimento e a participação

plena dos estudantes no ambiente educacional constituem dimensões igualmente indispensáveis para sua concretização material.

No caso da população migrante, estudantes frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, culturais e sociais capazes de comprometer sua integração escolar. Conforme destacam Candau (2016) e Walsh (2009), a convivência entre diferentes culturas no espaço educativo exige práticas interculturais que reconheçam a diversidade não como obstáculo, mas como elemento constitutivo de processos formativos, democráticos e inclusivos.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública estadual localizada no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Em março de 2026, a instituição contava com 432 estudantes matriculados, dos quais 44 eram migrantes venezuelanos. Esse cenário torna a escola um espaço relevante para analisar as relações entre migração, educação, pertencimento e reconhecimento social, especialmente diante dos desafios relacionados ao acolhimento, à integração e à valorização da diversidade cultural no ambiente escolar (Silva, 2023).

Para compreender essas dinâmicas, o presente estudo adota como referencial analítico a Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2009). Segundo o autor, a constituição da identidade individual e a participação plena na vida social dependem de relações intersubjetivas de reconhecimento construídas nas esferas do amor, do direito e da solidariedade.

A esfera do amor relaciona-se às experiências afetivas responsáveis pela construção da autoconfiança; a esfera do direito refere-se ao reconhecimento formal dos indivíduos como sujeitos de direitos, possibilitando o desenvolvimento do autorrespeito; e a esfera da solidariedade corresponde ao reconhecimento social das capacidades e contribuições individuais, favorecendo a construção da autoestima. Quando essas formas de reconhecimento são negadas, produzem-se experiências de desrespeito, invisibilidade e exclusão capazes de comprometer a autoconfiança, o autorrespeito, a autoestima e o sentimento de pertencimento.

Para Honneth (2009), entretanto, o reconhecimento não constitui apenas uma condição para o desenvolvimento individual, mas representa a própria base normativa das relações sociais. A identidade forma-se de maneira intersubjetiva, razão pela qual a negação do reconhecimento produz não apenas prejuízos materiais, mas também lesões morais que comprometem a forma como os sujeitos compreendem a si mesmos. Nesse sentido, o autor afirma que as formas de desrespeito correspondem ao "reconhecimento recusado", atingindo diretamente a integridade moral do indivíduo (Honneth, 2009, p. 213). Essa compreensão mostra-se particularmente pertinente para interpretar a experiência migratória,

uma vez que o deslocamento territorial frequentemente expõe os sujeitos à invisibilização, à estigmatização e às dificuldades de inserção nas relações sociais da comunidade de acolhida, tornando o reconhecimento condição indispensável para a construção do pertencimento.

Partindo desse referencial, o presente artigo tem por objetivo analisar como as experiências de reconhecimento e de desrespeito vivenciadas por estudantes migrantes venezuelanos influenciam seus processos de integração escolar, pertencimento e participação na comunidade educativa. Busca-se compreender como as práticas institucionais e as relações estabelecidas no ambiente escolar são percebidas por esses estudantes, identificando em que medida favorecem ou dificultam experiências de acolhimento, valorização da diversidade cultural e construção de vínculos sociais significativos.

Nessa perspectiva, a integração escolar deixa de ser compreendida apenas como adaptação do estudante migrante ao ambiente escolar e passa a ser entendida como um processo relacional de construção do reconhecimento recíproco. As experiências narradas pelos estudantes são, portanto, analisadas como expressões concretas das dinâmicas de reconhecimento e de desrespeito descritas por Honneth (2009), permitindo compreender de que maneira essas relações influenciam a constituição do pertencimento e da participação escolar.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo empírico de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir da análise das experiências de integração escolar vivenciadas por estudantes migrantes venezuelanos matriculados no Ensino Médio de uma escola pública estadual localizada no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. O estudo considera as relações estabelecidas no contexto educacional e seus impactos sobre os processos de pertencimento e reconhecimento social.

Como estratégia de produção de dados, foram aplicados questionários aos estudantes migrantes venezuelanos e aos estudantes brasileiros não migrantes matriculados no Ensino Médio. Segundo Gil (2021, p. 137), o questionário consiste em "uma técnica de investigação composta por questões que são submetidas às pessoas para obter informações das mais diversas". A utilização desse instrumento possibilitou a construção de um panorama dialógico das relações interculturais estabelecidas no ambiente escolar. Além disso, a coleta das percepções dos estudantes brasileiros permitiu estabelecer contrastes entre as diferentes experiências vivenciadas, distinguindo aspectos comuns à juventude daqueles relacionados especificamente à condição migratória.

Em observância às exigências éticas aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, o estudo foi previamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob Parecer nº 8.297.338, assegurando a proteção dos direitos, da privacidade e da dignidade de todos os participantes. A pesquisa contou, ainda, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio da concessão de bolsa de pesquisa.

A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender as percepções, experiências e significados atribuídos pelos participantes às relações de convivência, pertencimento e reconhecimento construídas no ambiente escolar. Nessa perspectiva, a análise privilegiou os discursos produzidos pelos participantes, buscando identificar elementos relacionados às experiências de reconhecimento e de desrespeito descritas por Honneth (2009), especialmente nas esferas do amor, do direito e da solidariedade.

Os dados foram interpretados à luz da Teoria do Reconhecimento, permitindo compreender de que maneira as interações estabelecidas no ambiente educacional influenciam a construção da identidade, do pertencimento e da integração dos estudantes migrantes. A análise concentrou-se nas percepções dos estudantes migrantes, dos estudantes brasileiros e dos profissionais da educação acerca das relações interculturais vivenciadas no cotidiano escolar, evidenciando experiências de acolhimento, valorização da diversidade cultural e participação na comunidade educativa.

A gramática do reconhecimento e o pertencimento em contextos migratórios

A discussão acerca do reconhecimento e do pertencimento ocupa posição em debates contemporâneos sobre identidade, cidadania e inclusão social, especialmente diante da intensificação dos fluxos migratórios observados nas últimas décadas. Em cenários marcados pelo deslocamento humano, pela diversidade cultural e pela necessidade de reconstrução de vínculos sociais, compreender as dinâmicas do reconhecimento torna-se fundamental para analisar as formas de inserção dos sujeitos nas sociedades de acolhimento.

Entre os autores que mais contribuíram para esse campo de investigação destaca-se Axel Honneth (2009), cuja obra *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* propõe uma interpretação das relações sociais fundamentada na necessidade humana de validação intersubjetiva. O autor sustenta que a constituição da identidade individual depende das experiências de reconhecimento construídas nas relações sociais. Para Honneth (2009, p. 155), "a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco", uma

vez que os indivíduos somente conseguem desenvolver uma relação positiva consigo mesmos quando são reconhecidos pelos demais como sujeitos legítimos e socialmente valiosos.

Essa perspectiva mostra-se particularmente relevante para compreender as experiências migratórias, que podem ser entendidas como processos de reorganização das condições sociais do reconhecimento. Ao ingressar em uma nova sociedade, o migrante passa a reconstruir vínculos afetivos, redefinir sua posição como sujeito de direitos e buscar o reconhecimento de sua identidade cultural. O deslocamento, portanto, não produz apenas desafios materiais ou administrativos, mas inaugura um novo percurso de constituição identitária, no qual o reconhecimento assume papel decisivo para a reconstrução da autoconfiança, do autorrespeito e da autoestima descritos por Honneth (2009).

Ao deixar seu país de origem, o migrante não realiza apenas um deslocamento territorial, mas enfrenta desafios relacionados à adaptação cultural, à reconstrução identitária e à redefinição de pertencimentos. Nesse percurso, o reconhecimento exerce papel central, pois influencia diretamente a capacidade de estabelecer vínculos sociais, participar da vida comunitária e desenvolver uma relação positiva consigo mesmo nas três esferas fundamentais propostas por Honneth (2009): amor, direito e solidariedade.

A primeira esfera refere-se ao amor, compreendido como o conjunto de relações afetivas primárias estabelecidas no âmbito familiar, nas amizades e nos vínculos de cuidado. É por meio dessas relações que o indivíduo desenvolve a autoconfiança necessária para interagir com o mundo social de forma segura e autônoma. Para Honneth (2009), a experiência de acolhimento e cuidado constitui a base emocional sobre a qual se estruturam as demais formas de reconhecimento.

A segunda esfera corresponde ao direito. Nessa dimensão, o sujeito é reconhecido como portador de direitos e deveres em condições de igualdade com os demais membros da comunidade. Trata-se da esfera responsável pela construção do autorrespeito, pois permite ao indivíduo perceber-se como sujeito legítimo perante a ordem jurídica e social. A privação de direitos ou a exclusão de determinados grupos dos espaços de participação configura, nessa perspectiva, uma forma de desrespeito capaz de comprometer a dignidade e a autonomia dos sujeitos (Honneth, 2009).

A terceira esfera é a da solidariedade, vinculada à estima social e ao reconhecimento das capacidades, das características particulares e das contribuições individuais para a vida coletiva. Diferentemente do reconhecimento jurídico, fundamentado na igualdade universal dos sujeitos, a solidariedade valoriza aquilo

que torna cada indivíduo singular. É nessa esfera que se desenvolve a autoestima, elemento indispensável para a construção do sentimento de pertencimento e para a participação ativa na comunidade (Honneth, 2009).

A ausência ou a negação de qualquer uma dessas formas de reconhecimento produz experiências de desrespeito que podem manifestar-se por meio da invisibilidade social, da discriminação, da exclusão e da negação da dignidade humana. Segundo Honneth (2009), os conflitos sociais emergem justamente da luta dos sujeitos e dos grupos sociais pelo reconhecimento de suas identidades, necessidades e modos de vida. O reconhecimento, portanto, não constitui apenas uma dimensão moral das relações sociais, mas um requisito fundamental para a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas.

Essa compreensão dialoga com Hall (2006), para quem as identidades não são fixas nem naturais, mas construídas continuamente nas relações sociais, culturais e históricas. Em contextos migratórios, os sujeitos negociam permanentemente suas referências culturais, produzindo novas formas de pertencimento e identificação. Na mesma direção, Freire (2024) destaca que o reconhecimento do outro constitui condição essencial para a construção de práticas educativas emancipadoras, fundamentadas no diálogo, no respeito às diferenças e na valorização das experiências de vida dos sujeitos.

A aplicação dessa perspectiva ao contexto educacional revela-se particularmente relevante quando se observam as experiências de estudantes migrantes. Além dos desafios relacionados ao idioma, à adaptação cultural e à reconstrução de vínculos sociais, esses estudantes frequentemente enfrentam situações de invisibilidade e desvalorização de suas identidades culturais diante de uma cultura predominante. Nesse cenário, a escola deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conhecimentos e passa a desempenhar papel fundamental na promoção do reconhecimento, do pertencimento e da inclusão social.

Diante desse quadro, torna-se relevante investigar como as relações construídas no ambiente escolar são percebidas pelos estudantes migrantes, especialmente no que se refere às experiências de acolhimento, reconhecimento e construção do pertencimento. Tal perspectiva demanda ambientes educativos capazes de reconhecer as diferenças culturais, valorizar as trajetórias migratórias e promover relações pautadas no respeito mútuo e na valorização da diversidade.

Assim, a integração escolar não se restringe ao ingresso ou à permanência formal do estudante na instituição de ensino, mas envolve sua participação efetiva na vida escolar, a construção de vínculos sociais e o desenvolvimento do sentimento de pertencimento à comunidade educativa. O reconhecimento apresenta-se, por-

tanto, como categoria analítica central para compreender as experiências vivenciadas pelos estudantes migrantes venezuelanos no contexto investigado.

Reconhecimento Afetivo, Desenraizamento e Reconstrução de Vínculos

A primeira dimensão do reconhecimento identificada por Honneth (2009) refere-se ao amor, entendido como o conjunto de relações afetivas responsáveis pela construção da autoconfiança e de uma relação positiva dos sujeitos consigo mesmos. Para o autor, a identidade pessoal constitui-se por meio de relações intersubjetivas de reconhecimento, razão pela qual experiências de desrespeito afetam diretamente a forma como os indivíduos se percebem e se relacionam com o mundo social.

Em contextos migratórios, essa dinâmica torna-se particularmente evidente, pois o deslocamento territorial rompe vínculos familiares, comunitários e culturais anteriormente constituídos, exigindo que os sujeitos reconstruam relações de reconhecimento na sociedade de acolhida. Conforme afirma Honneth (2009, p. 253), "os motivos da resistência social e da rebelião se formam no quadro de experiências morais que procedem da infração de expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas".

Nessa perspectiva, os desafios vivenciados pelos estudantes migrantes ultrapassam as dificuldades objetivas de adaptação, expressando experiências morais de desrespeito decorrentes da frustração de expectativas legítimas de reconhecimento. Essas experiências repercutem diretamente sobre a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima, comprometendo a construção de uma relação positiva consigo mesmos.

Dentre essas dificuldades, destacam-se, nesta pesquisa, as barreiras linguísticas, culturais e relacionais, que não representam apenas obstáculos à integração escolar, mas evidenciam formas de reconhecimento incompleto capazes de interferir na constituição identitária e no sentimento de pertencimento.

À luz da Teoria do Reconhecimento, a experiência migratória pode ser compreendida como um contexto em que os sujeitos reconstroem relações intersubjetivas fundamentais para sua constituição identitária. Os relatos analisados a seguir evidenciam como experiências de reconhecimento e de desrespeito se manifestam no cotidiano escolar, influenciando diretamente a integração dos estudantes migrantes.

Os relatos evidenciam que a experiência migratória é marcada por desafios emocionais relacionados à adaptação a uma nova realidade social e cultural. A estudante AMVFDP1b afirma sentir-se frequentemente incomodada por não

dominar plenamente a língua portuguesa, demonstrando que as dificuldades linguísticas ultrapassam a dimensão comunicacional e alcançam aspectos relacionados à segurança emocional, à participação e ao sentimento de pertencimento. A própria participante destaca, ainda, a necessidade de maior apoio linguístico aos estudantes migrantes.

Embora os demais estudantes venezuelanos não tenham relatado diretamente dificuldades com o idioma, essa questão aparece nas percepções dos estudantes brasileiros. Os participantes ABGP1EF2b e ABGP2AH3a reconhecem que a aprendizagem da língua portuguesa constitui um dos principais desafios enfrentados pelos colegas venezuelanos durante sua adaptação ao ambiente escolar.

Esses depoimentos indicam que a limitação comunicacional reduz oportunidades de interação, dificulta a construção de vínculos e pode intensificar experiências de isolamento social. Para Honneth (2009), a comunicação constitui uma das mediações pelas quais se estabelecem relações de reconhecimento intersubjetivo. Assim, as dificuldades linguísticas relatadas pelos estudantes não representam apenas obstáculos ao processo de aprendizagem, mas limitam sua possibilidade de serem reconhecidos como participantes legítimos da comunidade escolar, comprometendo a construção da autoconfiança e dificultando o desenvolvimento de relações de pertencimento.

Da mesma forma, o participante AMVMLB1b relata que seu principal vínculo de amizade foi construído com um colega brasileiro. Ao ser questionado sobre quem demonstra preocupação com ele no ambiente escolar, refere-se ao seu melhor amigo, com quem passa grande parte do tempo. O relato evidencia que os vínculos estabelecidos após a migração desempenham papel fundamental na reconstrução das relações afetivas fragilizadas pelo deslocamento territorial. Esse movimento revela que a constituição de novos vínculos pode ser compreendida como uma expressão concreta da luta por reconhecimento descrita por Honneth (2009), por meio da qual os sujeitos procuram reconstruir relações positivas consigo mesmos no novo contexto social. Mais do que estratégias individuais de adaptação, esses vínculos representam formas de reconstrução do reconhecimento intersubjetivo após a experiência do desenraizamento migratório.

Os dados também revelam que o acolhimento promovido por colegas, professores e demais membros da comunidade escolar exerce papel decisivo na adaptação dos estudantes migrantes. O participante AMVMAM1b destaca que se sente confortável na escola em razão das amizades construídas com colegas brasileiros. De maneira semelhante, AMVMCF1b afirma que a maioria de seus amigos são brasileiros e reconhece que, ao longo dos anos de convivência escolar, aprendeu

significativamente com esses colegas e com os professores, que lhe oferecem apoio emocional durante sua adaptação.

Observa-se que os vínculos afetivos identificados pelos participantes não se restringem às relações entre estudantes migrantes. Em diversos relatos, colegas brasileiros e professores são apontados como referências importantes de apoio emocional, indicando que o reconhecimento afetivo emerge da convivência cotidiana e das relações construídas no ambiente escolar. Essas redes de apoio reduzem as inseguranças decorrentes da experiência migratória e favorecem a reconstrução dos vínculos sociais fragilizados pelo deslocamento.

As evidências analisadas corroboram a compreensão de Honneth (2009) de que a autoconfiança não é produzida individualmente, mas resulta das relações afetivas estabelecidas com os outros. É por meio dessas relações que os sujeitos desenvolvem uma relação positiva consigo mesmos, condição indispensável para sua participação na vida social.

No contexto investigado, a escola transcende sua função estritamente pedagógica ao constituir-se como espaço de reconstrução dos vínculos de reconhecimento, possibilitando que estudantes migrantes desenvolvam novas relações de confiança, fortaleçam o sentimento de pertencimento e reconstruam positivamente sua identidade por meio de relações de reconhecimento recíproco que sustentam sua participação na comunidade escolar.

Reconhecimento Jurídico, Autorrespeito e Inclusão Escolar

A segunda esfera do reconhecimento proposta por Honneth (2009) refere-se ao direito, compreendido como o reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito portador de direitos e deveres em condições de igualdade com os demais membros da comunidade. Nessa dimensão, desenvolve-se o autorrespeito, condição indispensável para que os sujeitos se reconheçam como participantes legítimos da vida social. Quando esse reconhecimento é negado, produzem-se experiências de desrespeito que comprometem não apenas o exercício formal dos direitos, mas também a percepção que o indivíduo constrói de si mesmo como sujeito digno de participação e consideração social.

Os relatos dos estudantes migrantes revelam experiências ambíguas nesse campo. De um lado, diversos participantes afirmam sentir-se respeitados e reconhecidos pela instituição escolar. O estudante AMVMCF1b relata que a escola contribuiu para que aprendesse a respeitar mais as pessoas, enquanto o participante AMVMSP3a destaca que os conhecimentos relacionados ao respeito, às leis e à valorização das pessoas contribuem diretamente para sua autoestima e para seu desen-

volvimento pessoal. Esses relatos indicam que a escola pode constituir um espaço de fortalecimento do autorrespeito ao promover relações baseadas na igualdade, no respeito mútuo e no reconhecimento dos estudantes como sujeitos de direitos.

Por outro lado, os dados também evidenciam situações de desrespeito relacionadas à condição migratória. A estudante AMVFDA2a afirma que ainda se sente excluída em razão das dificuldades com o idioma português e relata não encontrar espaços efetivos para expressar suas opiniões. De forma semelhante, o participante AMVMCD2b descreve situações recorrentes de silenciamento em sala de aula, afirmando que sua opinião não é considerada pelos colegas. À luz da Teoria do Reconhecimento, essas experiências revelam formas de reconhecimento incompleto, uma vez que limitam a participação dos estudantes e comprometem a construção do autorrespeito decorrente do reconhecimento como membros legítimos da comunidade escolar.

Essas experiências não aparecem apenas nos relatos dos estudantes venezuelanos. Os próprios estudantes brasileiros reconhecem a existência de situações de preconceito e discriminação. A participante ABGP1A1a afirma que ser estudante venezuelano no Brasil significa frequentemente "lidar com piadas de mau gosto", além de relatar que já presenciou diversas situações de desrespeito direcionadas aos colegas migrantes.

Na mesma direção, o participante ABGP1B2a reconhece que a xenofobia constitui um dos principais desafios enfrentados pelos estudantes venezuelanos. A convergência entre as percepções de estudantes migrantes e brasileiros reforça que essas experiências não representam situações isoladas, mas evidenciam obstáculos concretos ao reconhecimento jurídico e social dos estudantes migrantes no cotidiano escolar.

Os dados demonstram que, embora o acesso formal à educação esteja assegurado, a efetivação desse direito exige mais do que a matrícula e a permanência na escola. À luz de Honneth (2009), o reconhecimento jurídico concretiza-se quando os estudantes são tratados como sujeitos de direitos, têm assegurada a possibilidade de participação e percebem que suas vozes possuem igual valor no espaço escolar. Quando essas condições não são plenamente garantidas, emergem experiências de invisibilidade, exclusão e desrespeito que comprometem o autorrespeito e limitam a integração escolar.

Desse modo, a efetivação do direito à educação depende da construção de relações institucionais capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas o reconhecimento efetivo dos estudantes migrantes como membros legítimos da comunidade educativa.

Reconhecimento Social, Pertencimento e Interculturalidade

A terceira esfera do reconhecimento proposta por Honneth (2009) corresponde à solidariedade, compreendida como a valorização social das características, capacidades e particularidades que tornam cada indivíduo singular.

É nessa dimensão que se desenvolve a autoestima, uma vez que os sujeitos passam a perceber que suas características e contribuições possuem valor para a comunidade da qual fazem parte. Em contextos migratórios, essa esfera adquire especial relevância, pois a valorização da identidade cultural constitui condição fundamental para que os estudantes reconstruam o sentimento de pertencimento no novo contexto social.

Os dados da pesquisa revelam que a cultura venezuelana tem se constituído como importante elemento de aproximação entre estudantes migrantes e brasileiros. Diversos relatos apontam experiências positivas de intercâmbio cultural, especialmente relacionadas à culinária. O participante AMVMAM1b relata que seus amigos brasileiros apreciam o cachorro-quente venezuelano preparado por sua família. De maneira semelhante, o estudante AMVMCF1b afirma que amigos e professores demonstram interesse tanto pela comida quanto pela cultura venezuelana. O participante AMVMLB1b também relata que seus amigos brasileiros apreciam a arepa, alimento tradicional venezuelano.

À luz da Teoria do Reconhecimento, essas experiências ultrapassam a simples curiosidade cultural. Ao valorizarem elementos da cultura venezuelana, colegas e professores reconhecem positivamente aspectos constitutivos da identidade desses estudantes, favorecendo o desenvolvimento da autoestima e fortalecendo sua inserção na comunidade escolar. O reconhecimento das diferenças culturais, portanto, deixa de representar apenas uma prática de convivência para constituir uma condição concreta de integração e pertencimento.

Essa percepção também aparece nos relatos dos estudantes brasileiros. A participante ABGP1EF2b afirma ter aprendido palavras em espanhol por meio da convivência com colegas venezuelanos, enquanto outros participantes destacam a ampliação de seus conhecimentos sobre hábitos culturais, culinária e formas de comunicação diferentes das suas. Esses relatos evidenciam que o reconhecimento ocorre de maneira recíproca, favorecendo a construção de relações interculturais marcadas pelo respeito, pela valorização da diversidade e pelo aprendizado mútuo.

A valorização da cultura de origem também aparece associada ao fortalecimento do sentimento de pertencimento. A participante AMVFFF3a relata que suas amigas brasileiras demonstram interesse pela culinária venezuelana, afirmando que essa valorização faz com que se sinta mais próxima de sua cultura

e mais acolhida no ambiente escolar. Sob a perspectiva de Honneth (2009), tais experiências evidenciam que a autoestima se fortalece quando as particularidades individuais deixam de ser motivo de invisibilização e passam a ser reconhecidas como elementos socialmente valiosos.

Entretanto, os dados também revelam limitações institucionais. Diversos estudantes, tanto migrantes quanto brasileiros, afirmam não identificar ações sistemáticas da escola voltadas à valorização da cultura venezuelana. Além disso, a barreira linguística permanece como um dos principais obstáculos à plena integração escolar. Nesse sentido, a sugestão apresentada pela participante AMVFDP2b, que propõe a criação de grupos de apoio linguístico entre estudantes venezuelanos e brasileiros, evidencia a necessidade de ampliar espaços institucionais capazes de fortalecer práticas interculturais e promover relações de reconhecimento recíproco.

Os resultados demonstram que a integração escolar não depende exclusivamente de políticas formais de acolhimento, mas também da construção cotidiana de relações de respeito, valorização e reconhecimento mútuo. Na terceira esfera do reconhecimento, a solidariedade manifesta-se justamente quando as diferenças deixam de constituir fatores de exclusão e passam a ser reconhecidas como contribuições legítimas para a vida coletiva.

Nessa perspectiva, a interculturalidade emerge como elemento essencial para a efetivação do direito à educação, possibilitando que a diversidade cultural seja compreendida não como obstáculo, mas como potencialidade para a construção de uma comunidade escolar mais democrática, plural e inclusiva.

Conclusão

O presente artigo teve por objetivo analisar como as experiências de reconhecimento vivenciadas por estudantes migrantes venezuelanos influenciam a efetivação do direito à educação e os processos de integração escolar. Trata-se de um recorte de uma investigação mais ampla, desenvolvida em nível de mestrado, voltada à compreensão das relações entre migração, reconhecimento e pertencimento no contexto educacional.

Partindo da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2009) e da análise empírica realizada com estudantes migrantes, estudantes brasileiros e profissionais da educação de uma escola pública estadual localizada em Dourados, Mato Grosso do Sul, buscou-se compreender de que maneira as experiências de reconhecimento e de desrespeito interferem na construção do pertencimento e na efetivação do direito à educação em contextos marcados pela mobilidade humana e pela diversidade cultural.

Os resultados demonstraram que a integração escolar dos estudantes migrantes não depende exclusivamente da garantia formal de acesso à escola, mas da qualidade das relações estabelecidas no cotidiano escolar. As três esferas do reconhecimento propostas por Honneth (2009), amor, direito e solidariedade, manifestaram-se concretamente na realidade investigada, evidenciando que a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima constituem dimensões fundamentais para a participação efetiva dos estudantes na comunidade escolar.

No âmbito do reconhecimento afetivo, verificou-se que a reconstrução dos vínculos sociais e as relações de acolhimento contribuem para superar as rupturas provocadas pela migração. Na esfera jurídica, embora o direito à educação esteja formalmente assegurado, persistem experiências de exclusão, silenciamento e xenofobia que comprometem o autorrespeito e limitam a participação dos estudantes migrantes. Já na esfera da solidariedade, a valorização da cultura venezuelana e das experiências interculturais fortalece a autoestima, amplia o sentimento de pertencimento e favorece a construção de relações mais inclusivas.

A pesquisa também evidenciou uma importante contradição: ao mesmo tempo em que os estudantes relatam experiências de acolhimento, amizade e integração, permanecem presentes manifestações de preconceito, invisibilidade e discriminação. Esse cenário demonstra que a efetivação do direito à educação não pode ser reduzida ao acesso e à permanência na escola, exigindo relações institucionais comprometidas com o reconhecimento das diferenças culturais e com a participação efetiva de todos os estudantes.

Como contribuição teórica, o estudo reafirma a potencialidade da Teoria do Reconhecimento ser vista como uma lente analítica, para compreender os processos de integração escolar em contextos migratórios, aproximando o debate filosófico de Honneth (2009) das discussões educacionais e jurídicas acerca da efetivação dos direitos fundamentais.

No plano empírico, oferece evidências produzidas a partir da realidade de uma escola pública brasileira, contribuindo para ampliar o conhecimento sobre migração, pertencimento, interculturalidade e direito à educação.

Os resultados apresentados não esgotam a temática investigada, mas apontam caminhos para novas pesquisas voltadas à análise das práticas pedagógicas interculturais, das políticas públicas destinadas à população migrante e dos impactos dessas iniciativas sobre a participação, a aprendizagem e o reconhecimento dos estudantes em diferentes contextos educacionais.

Conclui-se que o reconhecimento constitui condição indispensável para a concretização material do direito à educação. Mais do que assegurar matrícula,

permanência ou desempenho escolar, a escola é chamada a constituir-se como espaço de produção de relações de reconhecimento capazes de promover a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima dos estudantes migrantes.

Nessa perspectiva, a integração escolar deixa de representar apenas um objetivo administrativo ou pedagógico e passa a constituir uma experiência de construção da cidadania, na qual o reconhecimento recíproco se revela fundamento indispensável para que o direito à educação seja efetivamente vivido por todos.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, razão pela qual se agradece por ter viabilizado a pesquisa; à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e ao Programa de Pós-Graduação em Fronteiras e Direitos Humanos (PPGFDH), pelo ambiente acadêmico, científico e interdisciplinar que possibilitou a construção deste estudo; à Escola Estadual pela receptividade, confiança e disponibilidade em acolher a pesquisa e contribuir para sua realização; e aos estudantes participantes, migrantes venezuelanos e brasileiros, pela generosidade em compartilhar suas experiências, histórias de vida, desafios e expectativas.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 25 maio 2017.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação intercultural: entre afirmações e desafios. *In*: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 13-37.

DALLACORT, Luís Ângelo.; LUZ, Ariane Faverzani; NOSCHANG, Patrícia Grazziotin. A luta pelo reconhecimento dos imigrantes como sujeitos de direitos no Brasil. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais,** Aracaju, v. 9, n. 3, p. 77-87, 2022.

FOLLE, Francielle Vascotto. **A Interculturalidade como mecanismo de integração de imigrantes venezuelanos em Dourados-MS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Ed. comemorativa. São Paulo: Paz e Terra, 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HONNETH, Axel**. Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2009.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (OBMigra). **Relatório Anual 2025**: Migrações e Refúgio no Brasil. Brasília, DF: OBMigra; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2026. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Relatorio_Anual_2025.pdf. Acesso em: 06 jun. 2026.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2026**. Geneva: International Organization for Migration, 2026. Disponível em: https://brazil.iom.int/pt-br/resources/relatorio-mundial-sobre-migracao-2026-ingles. Acesso em: 06 jun. 2026.

SILVA, Leandro Arvelino. **A Imigração Venezuelana a partir da Perspectiva dos Estudantes Venezuelanos da Escola Menodora Fialho de Figueiredo, de Dourados – MS**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria Ferrão (org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.